

ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUESTÃO AGRÁRIA E INSURGÊNCIAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO MARIA QUITÉRIA, EM TEODORO SAMPAIO (BA)

Nilton Teixeira Pereira¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão do ponto de vista da crítica cultural a respeito do cooperativismo/associativismo relacionada à economia solidária, que se caracteriza por apresentar uma lógica diferenciada do capitalismo dominante. Para tanto, apresenta-se uma investigação acerca das potencialidades da economia solidária e sobre como ela se dá a ver nos modos de vida dos agricultores, baseado na experiência do acampamento Maria Quitéria, em uma área rural com 288 hectares, em Teodoro Sampaio (BA), município localizado a 100 km de Salvador. A economia solidária pode ser compreendida como uma alternativa de geração de emprego e renda que possibilita inclusão social. E seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

Palavras-Chave: Economia solidária. Desenvolvimento sustentável. Crítica cultural.

INTRODUÇÃO

O cenário atual, baseado em premissas neoliberais, prioriza os aspectos econômicos em detrimento da valorização do ser humano. Participamos, assim, de uma sociedade caracterizada pela competição em todas as áreas de atuação humana. Por consequência, essa competitividade apresenta graves efeitos sociais.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: nilton_t_p@hotmail.com.

Vivemos em um momento em que os níveis de desemprego e subemprego atingem níveis considerados altos e, apesar de algumas iniciativas do governo, os resultados não são satisfatórios. É nesse contexto que surgem iniciativas de economia solidária pautadas nos princípios da solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção e participação coletiva de tomadas de decisão.

Paul Singer apresenta o conceito de economia solidária como modo de produção, em que o resultado natural de sua forma associativa é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

O Brasil herdou do período colonial práticas concentradoras de terras e até hoje apresenta os resquícios relacionados a má distribuição de terras. Diferente da colonização norte-americana, por exemplo, feita em grande medida por pequenos e médios proprietários de terra, no caso brasileiro a colonização se deu por meio do latifúndio sem lei ou na verdade a única lei é a do mais forte, ou seja, manda mais quem pode mais. Essa é a principal diferença entre a história social desses dois países.

Jessé Souza nos conta, em seu livro *A classe média no espelho*, que a escravidão persiste no sentido de que uma grande quantidade de trabalhadores brasileiros exerce atividades semiqualficadas, ou seja, trabalhadores com baixo nível de conhecimento são desprezados e silenciados.

O domínio absoluto do latifúndio no campo não é o espaço propício à formação de uma classe média. Ao monopolizar a terra — o fator produtivo mais significativo —, o grande proprietário sufoca as

outras formas de propriedade e de arranjo produtivo. Além do latifundiário, que a tudo preside e a tudo comanda, só existem escravos e agregados dependentes (SOUZA, 2018, p. 83).

1 TERRITÓRIO: UM LUGAR DE ARTICULAÇÃO DAS PRÁTICAS

Compreendendo o território como lugar de construção de identidade, a articulação das práticas dos diferentes sujeitos é fundamental na construção da economia solidária, bem como do direito a uma alimentação saudável.

Na realidade de Teodoro Sampaio, o latifúndio apresenta intenso processo de territorialização. E, desta forma, através do enfrentamento os agricultores da Associação Maria Quitéria foram submetidos a toda a sorte de violência por parte de fazendeiros. Além de sofrerem violência direta contra a pessoa, os agricultores também sofreram violência direta contra ocupações de terra e seus bens.

Num primeiro momento grande parte desses agricultores trabalhava em terras que pertenciam a outras pessoas, praticavam a agricultura também conhecida por meeira, em que se repartia com o dono da terra o resultado da produção do pequeno lote fornecido para o cultivo.

Atualmente a produção no referido acampamento é diversificada, realizada nos diversos lotes, com pouca utilização ou nenhum uso de defensivos agrícolas.

O desenvolvimento da economia solidária é fundamental do ponto de vista econômico, social e ambiental, sendo que neste período de pandemia da covid-19 ficou mais evidente a relevância de ter camponeses produzindo alimentos.

A seguir serão apresentados alguns conceitos relevantes relacionados à economia solidária: agroecologia, agrofloresta, água e segurança alimentar, considerando que a presente pesquisa levanta discussão sobre aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais.

2 A AGROECOLOGIA

Nos dias atuais, em que se prima por uma alimentação e um ambiente mais saudável e sustentável, diversas são as opções que encontramos referenciando esses aspectos. No entanto, muitas dessas opções acabam tirando o real sentido do termo saudável, com o intuito apenas de vender seus produtos. Nesse contexto, surge a agroecologia vista como ciência ou disciplina científica de caráter multidisciplinar. Esta busca bases científicas para transição da agricultura tradicional à uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proporcione melhores condições sociais e econômicas aos agricultores. Para tanto, o enfoque da agroecologia é relacionado a seis dimensões de sustentabilidade: ecológica, econômica, cultural, política, social e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Neste sentido, a agroecologia é o termo que se faz presente para legitimar o chamado desenvolvimento rural sustentável, possibilitando desenvolver e programar estratégias de transformação social de maneira sustentável.

3 A AGROFLORESTA

Na mata ou floresta, existe uma grande variedade de plantas, animais, fontes d'água, tudo em um perfeito equilíbrio. Da mesma forma, é possível imaginar uma agricultura onde se combinam várias plantas num mesmo lugar. Plantas que produzem: matéria orgânica para servir de adubo e melhorar o solo; forragem para os animais; alimento e renda para a família; madeira para fazer lenha e flores para as abelhas. Junto a essas plantas, as árvores nativas diversificam mais o roçado, mantem a terra boa e conservam as fontes d'água.

A agrofloresta é um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, uma ajudando as outras, sem problemas de “pragas” nem “doenças”, dispensando o uso de venenos. Além disso, o agricultor não precisa desmatar nem queimar nada. Assim, fazendo parte deste sistema está o agricultor

contribuindo para a recuperação e a conservação do que Deus criou, a vida (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 164).

Nesse contexto, a principal característica de um sistema florestal é ter a presença de árvores em sua composição, as quais ajudam na conservação do solo, da água e da diversidade. A implementação da agrofloresta, dessa maneira, requer observações do agricultor, do manejo e da compreensão de como a própria natureza recupera e recompõe a vegetação nativa.

Na agricultura tradicional, em que geralmente se planta um só tipo de lavoura, após a colheita se faz o aproveitamento das palhas para os animais e o solo fica exposto ao sol, à chuva e ao vento, favorecendo o processo de erosão. Além disso, o agricultor perde muito tempo para voltar a plantar e produzir e a tendência é diminuir a produção ao longo dos anos quando se trabalha dessa maneira. E ocorre também a utilização excessiva de insumos químicos para a produção em massa e contínua de alimentos. A agrofloresta vem emergindo como alternativa sustentável uma vez que se pode plantar o mais variado possível, se visa reduzir o uso de agrotóxicos e fertilizantes, contribuindo para a saúde ambiental, além de fornecer recursos alimentícios orgânicos, recursos madeireiros sustentáveis. Traz também subsídios financeiros para o produtor rural familiar (CATALÃO; RODRIGUES, 2006).

4 UM OLHAR SUSTENTÁVEL SOBRE A ÁGUA

A água é um recurso natural renovável, mas não inesgotável e sofre sensivelmente com as ações do ser humano, que lhe modificam a qualidade e a quantidade no espaço e no tempo.

A redução da disponibilidade de água só não é mais grave porque existe a capacidade de sua renovação pelo ciclo hidrológico, característica que a diferencia de outros recursos naturais, e porque ocorre em diferentes estados e formas, sendo inadequadamente tratada onde há dificuldade de acesso à tecnologia e baixo nível de discernimento. As vantagens da

renovação pelo ciclo hidrológico estão sendo cada vez mais afetadas pelas intervenções humanas (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 95-96).

Dessa forma, os recursos hídricos estão, atualmente, em muitas regiões, em quantidades inferiores às utilizadas. Como parte principal do meio natural, o ser humano deve adotar o manejo adequado para garantir necessidades de água requeridas ao próprio ecossistema, na manutenção da biodiversidade das bacias hidrográficas e na oferta de condições para o equilíbrio visando à sustentabilidade da vida.

A responsabilidade de se obter este equilíbrio, no passado, em todos os países, esteve mais concentrada no poder público, mas naturalmente percebe-se que esta tarefa cabe tanto às entidades públicas como a todos os componentes sociais, aos usuários, às entidades a eles ligadas, organizadas ou não. Provindo do poder público, os instrumentos de gestão, em especial a política de águas e a promoção da gestão integrada com o inventário dos usos e ofertas que podem propiciar as medidas para a sua proteção e controle adequados, de modo a permitir sua desejável harmonia e uso otimizado, objeto do gerenciamento eficaz dos recursos hídricos (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 98).

O conceito de gerenciamento dos recursos hídricos foi apresentado no sentido de designar o planejamento e organização de ações a desenvolver para garantir às populações e às atividades econômicas uma utilização otimizada da água tanto quantitativa como em conformidade com as necessidades dos consumidores. As ações realizadas por profissionais que lidam com a temática permitem a ampliação do debate, visando a consolidar o seu uso no auxílio à gestão, especialmente na tarefa de evitar conflitos com os recursos hídricos e proteger os ecossistemas.

A educação ambiental é artefato indispensável para convivência harmoniosa e saudável entre o homem e o planeta. Inclusive, conforme a Constituição Federal, artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

5 SEGURANÇA ALIMENTAR

A alimentação é uma atividade que envolve muito mais que o ato de comer. Há uma cadeia de produção que se inicia no campo, ou mesmo na preparação de sementes, mudas e insumos, passando por ciclos, do plantio à colheita, e cada vez mais esses alimentos são envolvidos por questões tecnológicas, financeiras e sociais.

A base do atual sistema produtivo foi a revolução verde, que a partir da década de 1950 permitiu o aumento incrível da produtividade das lavouras norte-americanas, via monoculturas especializadas, com melhoramento genético de sementes e uso disseminado de fertilizantes químicos e pesticidas. Atualmente o uso maciço de fertilizantes químicos e agrotóxicos tem levado à poluição de diversos cursos de água, lençóis freáticos e solos, em todo mundo, consequências ecológicas e sanitárias nefastas, além do empobrecimento da diversidade (MORIN, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais são sentidas e vivenciadas por indivíduos sociais que se revoltam e procuram encontrar formas de lutar pela construção de novos horizontes para a vida em sociedade. Os impactos da pobreza têm motivado diversos atores a propor formas de enfrentamento e desenvolver experiências alternativas de produção e organização, solidariedade, respeito ao ser humano e preservação do meio ambiente. Dessa forma, a Associação Maria Quitéria, em Teodoro Sampaio, foi constituída a partir da união de diversos grupos familiares de várias cidades circunvizinhas com a participação de integrantes do município de Pedrão, Santa Bárbara e alguns municípios da região metropolitana de Salvador. E assim formaram uma nova comunidade e uma alternativa de geração de trabalho, de renda e melhoria de qualidade de vida dos participantes.

A reinvenção da economia solidária é recente no Brasil, com tendência de crescimento relevante no futuro. Alguns desafios colocam-se diante desses empreendimentos de economia solidária como, por exemplo, a restrição de acesso ao crédito, de modo que os pequenos e médios produtores precisam se unir para fazer investimentos em conjunto. O capital para iniciar a produção é pequeno e há dificuldade de encontrar fontes de financiamento. Para a evolução da economia solidária é imprescindível a participação de uma faixa ampla da população, de sua disposição em aprender, de experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e sua disposição em seguir esses princípios no cotidiano.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CATALÃO, Vera Lessa; RODRIGUES, Maria Socorro. (Org). *Água como matriz ecopedagógica: um projeto a muitas mãos*. Brasília: Edição do Departamento de Ecologia, UnB, 2006.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.